CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 489 /71

Aprovado em 8/11 /71

A reforma das Normas Regimentais dos estabelecimentos oficiais será consequência da regulamentação que vier a ter a Lei n° 5692/71.

PROCESSO CEE - N° 555/71

INTERESSADO - CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

ASSUNTO - Substituição do Texto do Artigo 195 das Normas Regimentais aprovadas pelo Decreto n. 47.404/66.

CÂMARAS CONJUNTAS DO ENSINO DO PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

RELATOR - Conselheiro PAULO NATHANAEL P. DE SOUZA

1. A Câmara Brasileira do Livro alegando que o artigo 195 das Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, aprovadas pelo Decreto n.47.404 /66 atenta, na forma como está redigido, contra a liberdade de escolha dos professores, além de configurar uma tomada de posição discriminatória entre matérias mais importantes e menos importantes, propõe "na oportunidade em que se desenvolvem estudos para reformulação das citadas Normas Regimentais" uma nova redação àquele dispositivo.

Diz o artigo 195:

" Somente serão adotados, em caráter obrigatório, os livros de texto para estudo de línguas; os demais serão apenas indicados".

Diz a redação proposta pela Câmara Brasileira do livro:

" Nos estabelecimentos da sede oficial de ensino somente serão adotados ou indicados os livros-texto aprovados pela Equipe Técnica do Livro e do Material Didático. Serão adotados livros-texto para o estudo das matérias obrigatórias e línguas; para as demais serão apenas indicados".

2. Entendemos ser inoportuna, no momento, uma análise da redação proposta pela entidade interessada, somos de parecer que a discussão do assunto deva permanecer provisoriamente sustada, tendo em conta que:

2.1. A didática da escola renovada que se difunde cada vez mais, se não chega a tornar dispensável o livro-texto para determinadas áreas de ensino, faz, pelo menos, a redução da importância que tinha ao tempo do ensino tradicional e livresco, quando os conteúdos programáticos eram elaborados de forma tão rígida, que sem o compêndio para lhes servir de suporte, não poderia o professor desenvolvê-los satisfatoriamente;

2.2. A regulamentação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, deverá conter tais e tantas revisões conceituais sobre os abjetivos educacionais, instrumental didático para atingi-los e os conteúdos de currículos e programas que o próprio livro didático, tal como hoje se apresenta, devera sofrer redefinições em profundidade nos aspectos que dizem respeito à sua elaboração, sua apresentação, sua função e sua necessidade;

2.3. A reforma dos regimentos escolares e, particularmente, das Normas Regimentais dos estabelecimentos oficiais, será consequência da regulamentação que vier a ter a Lei n. 5.692, não sendo este o momento próprio para se empreender qualquer alteração setorial do texto vigente e aprovado pelo Decreto n.47.404/ 66.

3. Sugerimos, pois, à guiza de conclusão, que se mantenha o presente processo em aguarda neste Conselho, de onde deverá sair por ocasião das discussões em torno da reforma das Normas Regimentais, quando então se optará, com mais razão, por uma das duas redações do artigo sobre o livro didático, ou por uma terceira, que se mostrar mais consentânea com as exigências da Lei n. 5.692/71.

Esse é o nosso parecer, s.m.j

Sala das Sessões Conjuntas do Ensino do Primeiro e Segundo Graus, em 4 de outubro de 1971.

(aa) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES -Presidente
Conselheiro PAULO NATHANAEL P. DE SOUZA Relator
Conselheiro HENRIQUE GAMBA
Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Conselheiro JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO
Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO
Conselheiro ANTÔNIO DELORENZO NETO
Conselheiro ARNALDO LAURINDO
Conselheiro ELOYISIO RODRIGUES DA SILVA
Conselheiro JOSÉ B. SILVA JARDIM